



MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) E ECOFEMINISMO

Valdete Boni

valdete.boni@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS

Brasil

Cléber José Bosetti

cbbosetti@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Brasil



RESUMEN

No campo dos movimentos sociais rurais no Brasil, as mulheres agricultoras ocuparam espaços de lutas. No Sul do Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina/MMC soma três décadas de história e, nesse período, passou por diversos momentos que foram diferentes em alguns aspectos, mas que somados mostram a trajetória de um movimento social rural formado apenas por mulheres, o qual se iniciou no bojo da efervescência política dos movimentos sociais, tornou-se grande em número de participantes, atravessou um momento de diminuição da participação e, finalmente, renovou suas bandeiras de luta que, atualmente, acompanham o desenrolar das políticas públicas para o campo. Entre as discussões atuais estão principalmente a da segurança e soberania alimentar, que no caso do movimento é tratado como discurso e como prática por meio das ações contra as empresas de sementes transgênicas, de insumos e agroquímicos e a das sementes crioulas de hortaliças. Para essas mulheres, ter o controle das sementes significa não ficar na dependência das empresas multinacionais que controlam a produção e a comercialização das sementes, mas também garantir alimentos saudáveis tanto para os camponeses quanto para os consumidores. Mas além desse discurso, se destaca a aproximação com o feminismo. O movimento está cunhando uma nova categoria, a de um feminismo camponês, tentando aproximar o feminismo à sua realidade. Este é ainda um discurso em construção, cujo protagonismo parte do próprio movimento. Neste debate, o movimento debate com diferentes correntes do feminismo, sendo que as principais são o feminismo marxista e ecofeminismo. E é sobre essa aproximação com o ecofeminismo que construímos essa discussão.

ABSTRACT

In the field of rural social movements in Brazil, women farmers have occupied areas of struggle. In the South of Brazil, the Movement of Peasant Women in Santa Catarina / MMC, has three decades of history, and during this period it has experienced several moments that were different in some aspects, but which show the trajectory of a rural social movement formed only by women, which began in the midst of the political effervescence of social movements, became large in number of participants, went through a moment of diminishing participation, and finally renewed its struggle flags that now accompany the development of public policies to the field. Among the current discussions are mainly food safety and sovereignty, which in the case of the movement is treated as a discourse and as a practice through actions against companies of transgenic seeds, inputs and agrochemicals and the creole seeds of vegetables. For these women, having seed control means not being dependent on the multinational companies that control seed production and marketing, but also ensuring healthy food for both farmers and consumers. But beyond this speech, the approach to feminism stands out. The movement is crafting a new category, that of a peasant feminism, trying to bring feminism closer to its reality. This is still a speech under construction, whose protagonism is part of the movement itself. In this debate, the movement debates with different currents of feminism, being the main ones are Marxist feminism and ecofeminism. And it is on this approach to ecofeminism that we construct this discussion.

**Palabras clave**

Campeinado. Ecofememonismo. Movimentos Sociais.

Keywords

Peasantry. Ecofeminism. Social Movements.



I. Introdução

O Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, nasceu em Santa Catarina na década de 1980 com o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA. Teve o apoio da Corrente Progressista da Igreja Católica, que defendia a Teologia da Libertação² e por esse motivo carregou por muito tempo, e ainda carrega, traços do discurso da Igreja. Durante certo tempo a Igreja, apesar de pregar a igualdade entre homens e mulheres, tentou manter as mulheres afastadas das ideias feministas. As trabalhadoras, primeiro, se interessaram pelas questões trabalhistas e, a partir dos anos 1990, as discussões de gênero passam a fazer parte do movimento. Em 1995, os movimentos autônomos nos estados se organizaram por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, que reunia as agricultoras que haviam participado, ou que continuavam participando, de outros movimentos ligados à Via Campesina³. Nascia assim o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC.

Partimos da ideia que o movimento teve três momentos principais. No primeiro momento o discurso era voltado para as questões trabalhistas, um discurso de cunho mais classista, com influências do sindicalismo rural que também se organizava em novas bases na região. No segundo momento, o discurso reforça a ideia de gênero e não apenas de classe. O discurso atual do movimento é voltado para a segurança alimentar, contra o plantio e consumo de alimentos geneticamente modificados e em defesa do meio ambiente, das sementes crioulas e florestas nativas. E é ligado a este momento que associamos um ecofeminismo que emerge nas práticas e nas falas dessas mulheres.

Distinguindo os Ecofeminismos

O ecofeminismo é uma teoria que faz interconecção entre ambientalismo e feminismo, fazendo uma associação entre a dominação da natureza com a dominação das mulheres. As camponesas tanto se associam a uma vertente denominada espiritualista, cuja representante mais expressiva é Vandana Shiva, quanto à outra denominada construtivista, que é defendida por, entre outras, Bina Agarwal. A primeira tem uma associação fortemente cultural e religiosa, seja na Índia



por associação com a religião hindu, seja na América Latina pela influência do cristianismo ligado à Teologia da Libertação, que aproxima as mulheres da natureza, atribuindo-lhes uma essência feminina. Essa vertente, muito criticada por ser considerada essencialista, não associa somente a mulher com a natureza por questões biológicas, mas também pela influência religiosa, mística e culturalmente apreendidas pelas mulheres. Dentro do construtivismo, Bina Agarwal sugere que o que aproxima mais as mulheres da natureza é o cotidiano, ou seja, sua relação socialmente construída que delega às mulheres tarefas ligadas à criação dos filhos, cuidado dos idosos e cultivo e preparação dos alimentos.

A discussão que será apresentada agora pretende mostrar as diferenças entre estas vertentes e o ponto que as une, que é relação que se faz entre mulher e natureza, relação defendida pelo MMC.

O termo ecofeminismo passou a ser utilizado na década de 1970 e surgiu dos diversos movimentos sociais engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente. Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o termo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, só ganhou o campo mesmo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos e contra o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e o movimento Chipko na Índia.

Mesmo tendo surgido na França, é no mundo anglo-saxão que se desenvolvem as primeiras obras acerca do ecofeminismo. Uma das primeiras e mais conhecidas autoras clássicas é Mary Daly e sua obra (*Gyn/Ecology: The metaethic of radical feminism*) tratava basicamente da saúde, ou seja, da retomada do controle sobre o próprio corpo, uma obra, conforme Puleo (2004a, p. 24), epistemologicamente ingênua e essencialista. Essa origem explica, então, o preconceito que a palavra ecofeminista provoca, principalmente entre as feministas. Este livro expressa uma oposição entre o masculino e o feminino, colocando o primeiro como agressivo e destrutivo e o segundo como fértil, natural e dedicado ao cuidado, onde as mulheres, então, por sua natureza, podem salvar o planeta da destruição. Dessa maneira, não avança para uma discussão sobre os problemas das mulheres, pois cai na dicotomia homem/mulher que reforça os estereótipos de gênero.

Pode-se superficialmente definir o ecofeminismo como um movimento que faz uma inter-



conexão entre a natureza e o feminino. Dessa forma, traz à tona uma relação entre a exploração e a subordinação da natureza e as das mulheres pelo poder patriarcal dominante. No entanto essa definição não diz muito, além de que, dentro do próprio ecofeminismo, há diferenças que são fundamentais. Karen J. Warren (2003, p. 12-13) esclarece uma diferença substancial entre o que ela define como “feminismo ecológico” e “filosofia ecofeminista”. O primeiro está relacionado às diferentes perspectivas feministas que estudam a relação entre a dominação da mulher e a dominação da natureza. Já a filosofia ecofeminista se refere aos diversos estudos filosóficos sobre mulher e meio ambiente.

Da ecologia, o ecofeminismo resgata a preocupação com o uso da natureza e a sua destruição, tem suas bases na ecologia profunda e na ecologia social. Já com relação ao feminismo, o ecofeminismo bebe na fonte do feminismo liberal (na luta das mulheres por direitos políticos), no feminismo socialista (na luta pela transformação da sociedade patriarcal) e no feminismo radical que luta pela mudança do paradigma masculino pelo feminino (SOUZA, 2000, p. 57).

Karen Warren (2003) enumera oito conexões que as ecofeministas apontam como importantes para compreender suas ideias, que também representam as diferentes formas de ver o ecofeminismo. Aqui trazemos apenas quatro, que se relacionam com aspectos encontrados no ecofeminismo do MMC. A primeira delas é a histórica e causal, com a qual dialogam ecofeministas como Rosemary Ruether, Vandana Shiva, Val Plumwood e Carolyn Merchant. De diferentes maneiras, estas ecofeministas apontam a história como ponto de partida para entender a dominação das mulheres e da natureza. Enquanto algumas buscam a origem desta dominação ainda na história antiga, Shiva, por exemplo, estuda de que maneira as mudanças culturais e científicas motivaram a dominação da natureza e da mulher. Há em Vandana Shiva uma noção de que o desenvolvimento, motivado pelo capitalismo, causa não só a devastação ambiental, principalmente nos países pobres, como aumenta ainda mais a opressão das mulheres.

A segunda conexão é a conceitual, na qual se encontram ecofeministas como Ynestra King, Rosemary Ruether, Val Plumwood, Carolyn Merchant⁶ e a própria Karen Warren. Nesta, está presente a ideia de que os vínculos entre a dominação da mulher e da natureza estão embasados na forma como mulher e natureza têm sido conceituadas ao longo da história. Um primeiro aspec-



to desta conclusão é o modelo dicotômico que hierarquiza, valorando um polo como superior e outro como inferior. O segundo aspecto situa a base conceitual nas diferenças de gênero e o que isso implica na formação de uma consciência personalizada distinta. Ou seja, não é o sexo biológico que determina a proximidade maior entre mulher e natureza, mas sua experiência social a partir do biológico, é o processo reprodutivo e o cuidado com as crianças que molda seu comportamento e não o fato de ser biologicamente uma fêmea. O terceiro aspecto refere-se à mudança que o conceito natureza teve a partir do iluminismo. Se antes a natureza era vista como um modelo orgânico, com aspecto feminino e bom, que garantia a sobrevivência das espécies, com a revolução científica passa a ser vista como um modelo mecânico (WARREN, 2003, p. 17). Mesmo assim continua sendo vista como feminina. Essa mudança permitiu a exploração da terra sem a antiga ideia de um organismo vivo que sofreria com as agressões. Conforme a autora, o desafio dos estudiosos aqui é superar as metáforas e modelos que feminizam a natureza e naturalizam a mulher.

Uma terceira conexão tem a ver com a experiência cotidiana das mulheres. As ecofeministas que defendem essa posição, como Bina Agarwal, mostram empiricamente que há uma ligação forte entre mulher e natureza. A utilização de agrotóxicos afeta muito mais as mulheres e crianças do que os homens que possuem uma constituição biológica mais forte. Além dos agrotóxicos, as políticas de desenvolvimento, em especial nos países pobres, afetam diretamente as mulheres ao promover a escassez de recursos naturais utilizados por elas na alimentação e sobrevivência de suas famílias. As ecofeministas buscam demonstrar empiricamente que a ligação maior entre mulher e natureza não tem um caráter apenas utilitarista, mas há componentes mais espiritualizados, seja pela tradição indígena das mulheres latino-americanas, seja pelas crenças hindus nos países asiáticos.

Por fim a quarta conexão diz respeito ao campo político. O termo ecofeminismo foi inicialmente usado para designar as práticas que estavam ocorrendo naquele período, como a preocupação com a saúde, o Movimento de Chipko⁷, o desastre do Love Canal⁸, a luta antinuclear. Foi através destas práticas que se desenvolveram teorias sobre esta dupla opressão mulher e natureza que possibilitaram repensar modelos de desenvolvimento, cultura, ações políticas.



Conhecer estas conexões acerca de um conceito tão amplo favorece a discussão, porém traz tantos outros questionamentos. Partindo deste conhecimento, nos perguntamos: quem são as ecofeministas ou os ecofeministas? São as pensadoras/pensadores teóricos? São as ativistas? Ou podem ser também as pessoas que cultivam de forma a preservar o meio ambiente ou consomem produtos assim cultivados? Há quem sustente que todos os citados acima sejam considerados ecofeministas, mesmo aqueles que não se julgam. Considerei como feministas todas as pessoas ou movimentos que acreditam que, sem a ação das mulheres, dificilmente o mundo se tornará mais ecológico. De todas as distinções existentes, a que mais tem a ver com as questões aqui levantadas é a que é feita entre o ecofeminismo considerado clássico ou essencialista e o construtivista.

O ecofeminismo caracterizado como clássico recupera a ideia do “bom selvagem” rousseniano, já que a mulher conseguiu se libertar da alienação masculina e retornar ao seu estado de natureza, uma natureza boa, natural (PULEO, 2004a, p. 25). Este ecofeminismo se caracterizou muito pela diferenciação entre homens e mulheres, na qual os homens eram identificados como tendo atitudes mais agressivas tanto em relação à mulher como em relação à natureza. E a mulher, por sua vez, era vista como mais próxima dos filhos e da natureza. Ela era a geradora de vida, assim como a natureza. Por essa razão, as mulheres são tomadas por uma “ética feminina”, que lhes confere atitudes de proteção à natureza e aos seres vivos, opondo-se ao que consideram atitudes mais agressivas dos homens em relação à natureza. Essa noção, no entanto, não é regra entre as ecofeministas, pois ecofeminismo, assim como o próprio feminismo, não é homogêneo. Há, por exemplo, vertentes que discordam da ideia essencialista difundida pelo ecofeminismo clássico. As principais correntes do ecofeminismo são a espiritualista do terceiro mundo e a construtivista.

Nos anos 1980 surge o ecofeminismo espiritualista com a indiana Vandana Shiva. Na argumentação de Shiva, o responsável pela devastação ambiental não é o homem, o masculino como coloca o ecofeminismo clássico, mas o mecanismo reducionista da modernidade ocidental. O processo de desencantamento do mundo e a dominação da natureza, sua transformação em matéria-prima para o capitalismo industrial que começava a surgir deu início ao processo de degradação da natureza que, na atualidade, se tornou insustentável. O problema não está no homem em si, mas na forma como se deu o processo que é chamado de “desenvolvimento”.



O ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo é aquele que teve suas origens nos países considerados do Sul, principalmente na Ásia e na América Latina. É considerado como espiritualista pela sua influência dos princípios religiosos de Ghandi, especialmente na Índia, e da Teologia da Libertação na América Latina. Segundo essa corrente, é o desenvolvimento desigual, baseado nos princípios do lucro e da dominação masculina que oprime tanto a mulher como também a natureza. As ecofeministas espiritualistas acreditam que as mulheres, por serem geradoras de vida, assim como a natureza, têm uma ligação mais forte com esta e se preocupam mais com as questões ambientais. Como as mulheres foram as primeiras vítimas, foram também as primeiras a se organizar, assim como os homens se organizaram em torno dos processos que envolviam o mercado de trabalho ainda no início do desenvolvimento do capitalismo. Vandana Shiva, na opinião de Puleo (2004a, p. 27), faz uma crítica ao essencialismo presente no ecofeminismo clássico que supera homem/mulher, no entanto também não consegue escapar dele ao considerar as mulheres dotadas de um princípio que as aproxima da natureza.

A partir de críticas como esta surgem as análises construtivistas. Entre as principais teóricas dessa corrente estão Val Plumwood, Ynestra King, Barbara Holland Cunz, Bina Agarwal e Karen Warren. Todas elas tentam, por um lado, superar o essencialismo do ecofeminismo clássico e, por outro, conservar o ponto de partida do ecofeminismo, a existência de uma relação entre domínio patriarcal sobre as mulheres e domínio da natureza (PULEO, 2004a, p. 27). Ynestra King e Barbara Holland Cunz se inserem no que se pode chamar de ecofeminismo socialista, pois pretendem analisar as noções de natureza com base nos escritos socialistas. Mas suas argumentações residem especialmente na negação do dualismo que é marcante na teoria ecofeminista clássica.

O ecofeminismo construtivista, embora partilhe da concepção de dominação da natureza e da mulher pelo homem, não identifica essa relação mulher/natureza de forma essencialista ou religiosa. Nesta corrente, a relação entre mulher e natureza não se deve a características inatas femininas, mas à responsabilidade que as mulheres têm na garantia da sobrevivência da família. Responsabilidade essa fruto da divisão social do trabalho e das relações desiguais no seio das famílias. Defendendo esta posição está Bina Agarwal (PAULILO, 2006), que atribui ao cotidiano das mulheres hindus, e sua dependência das florestas, a preocupação com o meio ambiente. Para



ela, o vínculo mais forte de algumas mulheres com a natureza vem de sua responsabilidade na economia familiar, e não de características afetivas ou cognitivas próprias de seu sexo. Outra pensadora próxima de Agarwal é a teórica australiana Val Plumwood. Esta autora resgata os princípios da teoria feminista e as ideias de Simone de Beauvoir para explicar a dominação feminina e da natureza, não como algo natural, mas como uma construção histórica, sendo passível, assim, de uma desconstrução (PULEO, 2004).

Voltando ao fato de que uma das bases do ecofeminismo clássico, se não a principal, é a preocupação com a saúde, Puleo alerta para a distinção entre as mulheres dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Tanto as primeiras como as segundas sofrem as consequências do “mau desenvolvimento”. Contudo, as mulheres dos países ricos primeiro se beneficiam dela para, mais tarde, sofrer essas consequências. No caso das mulheres pobres dos países não desenvolvidos, essas consequências são imediatas, como é o caso das mulheres africanas, indianas e sul-americanas.

Porém, esta mesma autora (2004a, p. 32) adverte que não se deve deixar que algumas incompletudes teóricas e práticas das correntes ecofeministas apaguem a contribuição que cada uma delas dá à discussão maior sobre o ecofeminismo. Salienta ainda a importância do trabalho de Vandana Shiva na discussão do desenvolvimento, da segurança alimentar e da autonomia dos povos frente às multinacionais. Puleo ainda levanta algumas questões importantes entre essas duas correntes principais. Enquanto o ecofeminismo de base espiritualista baseia-se num essencialismo de difícil aceitação por parte das teóricas desconstrutivistas, a ação prática dos movimentos de mulheres tem acontecido pelo mundo fundamentadas, principalmente, nesse essencialismo. As mulheres de Chipko ao abraçarem-se às árvores para impedir sua derrubada no Himalaia, as mulheres que iniciaram o movimento após o desastre do Love Canal nos EUA, as que lutaram contra as usinas nucleares, todas elas tinham em seus discursos e ações as bases essencialistas do ecofeminismo. Apesar disso, a autora questiona se essa visão de que a mulher está mais próxima da natureza não é um retrocesso às conquistas do feminismo. Não seria voltar à condição de reprodutoras? E ainda, não seria mais uma carga para as mulheres, a de salvar a natureza?

Tanto as ecofeministas construtivistas como as espiritualistas trazem importantes contribui-



ções às discussões feministas e ecologistas. Talvez a maior seja a junção desses dois movimentos. É inegável a contribuição das mulheres nas lutas pela sobrevivência, e isso pode ser explicado pelo essencialismo, pela história ou pela importância que as mulheres têm na economia doméstica. A chave talvez não seja tanto a diferenciação entre as correntes do ecofeminismo, mas a sua contribuição teórica e prática na história das mulheres.

A luta das mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas ultrapassa o essencialismo, a noção “mulher-natureza”. É uma luta pela sobrevivência, sua e das próximas gerações. Mas para isso devem preservar o planeta. É uma luta política também. É só tomar como exemplo o Movimento das Mulheres Camponesas e seu discurso sobre soberania alimentar.

Agricultura camponesa e (eco) feminista – a nova definição do MMC

É comum ouvir, seja nos depoimentos que as militantes nos dão, seja nos discursos nos eventos do MMC ou em seus materiais escritos, que o MMC é um movimento camponês e feminista. Essa denominação é bastante recente, foi na 11ª assembleia do MMC em 2010 que percebi essa aproximação com o discurso feminista. Esse feminismo, que quase sempre vem acompanhado do termo camponês, difere do feminismo urbano. Aproxima-se mais do feminismo marxista, mas sempre fazendo a relação com a sua condição de mulheres camponesas, como mostram as suas falas:

“[...] a gente vai falar um pouco de gênero e feminismo. Gênero fala do homem e da mulher, e tem aquela divisão do trabalho que antigamente as mulheres achavam normal: o homem ia na roça e a mulher acompanhava. Aí em casa ela tinha que cuidar dos filhos, lavar roupa, fazer comida, cuidar da casa e ficava até a meia-noite trabalhando e achava normal. Só que não é! O homem descansava (...). Ela tinha que fazer o serviço sem fazer barulho porque o marido tinha que descansar. E ela, quando ia descansar? Hoje as mulheres estão vendo que elas também têm direito de descansar. (Fala resultante do trabalho em grupo das mulheres no XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim/ 21 a 23 agosto de 2010)

Essa fala mostra muito mais do que a divisão de tarefas. Mostra como as mulheres foram mudando seus pontos de vista em relação a esta divisão do trabalho, porque foi somente depois que as camponesas passaram a ver estas relações como injustas, que lutaram para superá-las. Isso corrobora com os depoimentos já citados, nas quais as militantes falam da importância que o mo-



vimento teve para as mudanças que obtiveram nas relações familiares. Foi também a partir destas percepções que elas se descobrem feministas.

Para nós, do Movimento das Mulheres Camponesas, o nosso feminismo vai pra além das relações de gênero: é uma proposta, é um projeto de sociedade, que enfrenta a cultura patriarcal, a opressão que nós sofremos dos homens e tudo, e também a luta contra o capital e a construção de um projeto de sociedade com mais igualdade, que é o nosso sonho. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim/21 a 23 agosto de 2010)

A afirmação de um feminismo diferente, “o nosso feminismo”, ainda traz resquícios da rejeição ao feminismo pregada pela Igreja. Mas traz também um modelo de feminismo que se adequa às suas condições de mulheres camponesas, que ainda precisam lutar muito contra a opressão de gênero, camponesas que querem construir uma sociedade diferente. Essa relação com o feminismo, que em seus discursos é recente, mostra também uma mudança que vem ocorrendo na agricultura. As mulheres já não se sentem intimidadas em se assumir como feministas, mas, da mesma forma que resignificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares. E são estas características que contribuem para o que considero como a postura ecofeministas do MMC.

Para o Movimento de Mulheres, ser feminista é ser mulher que luta pelos direitos, que luta pela igualdade entre as pessoas e pela transformação da sociedade. [...] O projeto de sociedade está relacionado com a nossa identidade camponesa. Isto quer dizer: “me identifico com as mulheres e famílias que produzem alimentos saudáveis, praticam a agroecologia, recuperam sementes crioulas, plantas medicinais e nativas, protegem as fontes e nascentes, enfim, cuidam da biodiversidade como um todo”.(Cartilha do MMC/2011).

O discurso do MMC, principalmente em suas publicações, vem mesclado de valores religiosos e políticos. Ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da mulher, se colocam uma responsabilidade na luta por um novo modelo de sociedade. O capitalismo não somente é responsável pela opressão de classe, como também contribui na opressão de gênero. Há um misto de religiosidade com marxismo típico de sua formação nas bases da Teologia da Libertação.

A ideia de preservação ambiental e das sementes e a preocupação com a alimentação, fazem do MMC um movimento que não é apenas camponês e feminista como elas assumem, mas



um movimento ecofeminista. A demarcação das diferenças entre a visão da mulher e do homem frente a estas questões aparece em suas falas. “Como mulheres organizadas queremos cultivar, recuperar a biodiversidade enquanto possibilidade de vida. Está colocado pra nós um grande desafio de recuperar a biodiversidade e buscando no saber cultural formas de cuidado e preservação da vida”⁹.

Para ecofeministas como Karen Warren (2003, p. 62), quando um problema ambiental afeta diretamente as mulheres, torna-se uma questão feminista. Para esta autora, podemos considerar que uma questão é feminista quando pretende contribuir na compreensão de como fatos, crenças ou valores oprimem as mulheres, ou seja, tanto a busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres como a produção de alimentos, para citar dois exemplos, são questões feministas quando pretendem demonstrar, de alguma forma, a subordinação das mulheres.

Para o MMC, essa relação com as florestas não foi tão estreita como no exemplo de Karen Warren, porque a tradição da agricultura na região sempre deixou um espaço pequeno para as florestas. No entanto, a preocupação com a diversidade exemplifica o que a autora mostra, que a falta de acesso a certas plantas torna-se uma questão feminista. Essa postura fica clara também em suas publicações. Há uma série de três cadernos para orientar os cursos de formação para o projeto intitulado “Práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC”. Nesta série, o caderno número três (nº 3) recebe o título de “Solo: Útero do Planeta Terra”. Chamamos a atenção para o fato de que, já no início, no próprio título “solo: útero do planeta terra” e, mais adiante, ao tratar da formação do solo, se refere à “rocha mãe” para se referir ao processo de decomposição das rochas que originaram o solo.

Também a publicação “Sementes de Vida nas mãos das mulheres camponesas” vem carregada de traços ecofeministas. A cartilha é composta para subsidiar seis encontros. O primeiro encontro é intitulado “Somos sementes: Nós, seres humanos, somos parte da Natureza”

Vamos pensar um pouco: Quem somos? Pensem comigo: O processo de nossa vida é como uma semente! Podemos dizer que nós somos uma semente [...] Podemos perceber que há uma relação íntima e parecida entre as mulheres, a terra e a natureza. Todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies. Por isso essa sensibilidade que as mulheres carregam em relação à natureza é tão visível e presente nas suas atitudes. **Esta proximidade faz com que chamemos a terra, a natureza e as mulheres de mães, revelando uma dimensão do lado feminino das mesmas.** (grifos meus)



Catherine Roach (2003) analisou a relação mulher e natureza fazendo uma crítica à ideia de conceber a Terra como Mãe. As propagandas ecológicas que incitam a amar a “Mãe Terra” são, segundo ela, uma faca de dois gumes. Da mesma forma em que a simbologia de mãe é voltada para o amor e o respeito, há a ideia de que amor de mãe é incondicional, que mãe tudo dá, a tudo renuncia em nome dos seus filhos. “La madre en la cultura patriarcal es aquella que nos provee de todas las materias, se deshace de toda nuestra basura, y satisface todas nuestras necesidades y caprichos sin ningún coste (ROACH, 2003, p. 112). Para Catherine Roach, a simples enunciação “ama a tua mãe” referindo-se à natureza, é problemático porque grande parte do trabalho desenvolvido no âmbito doméstico, o cuidado com os filhos, os idosos e os doentes é realizado pelas mulheres, sem reconhecimento tanto econômico como social. Assim, a associação entre mulher e natureza pressupõe que a natureza sempre nos dará tudo sem custos, assim como têm feito as mulheres através da história. Tanto a visão da mulher como provedora de amor e cuidado para os filhos, como a da natureza como fonte dos recursos necessários à sobrevivência devem ser revistos.

Entre as mulheres do MMC ficam evidentes duas posturas em relação ao que acabamos de dizer. Por um lado, utilizam muito a ideia de que a natureza é feminina e, assim como a mulher, gera a vida, cuida da vida. Por outro lado também evidenciam a necessidade de cuidar da natureza.

Ao trabalharem a agroecologia, mostram que querem produzir alimentos saudáveis para suas famílias, mas também preservar os recursos naturais, ou seja, mesmo reafirmando o cuidado dos filhos pelas mulheres, mostram que, como filhas, devem cuidar de sua mãe, a natureza. O vínculo com a terra para as mulheres do MMC está voltado tanto para a ideia de que natureza nos provê dos bens que necessitamos, como de uma ideia religiosa de natureza, aproximando-se da noção difundida nas culturas não ocidentais, em que a terra é vista como deusa e mãe.

Já a interface com o feminismo aparece claramente no discurso atual do MMC. Se no início houve receio em mostrar que o movimento era feminista, agora essa postura não somente não é mais negada, como também é vista positivamente. A noção de feminismo vem associada ao modelo de agricultura camponesa proposta pelo movimento. É um modelo de feminismo que se ade-



qua às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade, nas relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, são transformações políticas.

Se para o MMC está claro que o movimento é feminista, o mesmo não ocorre em relação ao ecofeminismo. Partimos, desde o início deste trabalho, da perspectiva de que o MMC é um movimento ecofeminista, o que foi negado por muitas lideranças. No entanto, apesar da negativa, fomos convencidos pela leitura de ecofeminismo de algumas vertentes, como a espiritualista e a construtivista, por exemplo, aliado às práticas e discursos do movimento de mulheres camponesas, de que nossa hipótese estava correta. O fato de se negarem enquanto ecofeministas contradiz suas falas em encontros do movimento e também em suas publicações, como demonstrei ao longo deste artigo. A impressão que se tem é que, para elas, o ecofeminismo é algo muito “radical”, termo que foi usado por uma das lideranças em conversa durante um de seus encontros. Talvez, do mesmo modo que as mulheres precisaram de um tempo para ressignificar o termo “camponês” e, posteriormente, o termo “feminista”, uma incorporação explícita de alguma das vertentes do ecofeminismo possa ocorrer no futuro, na medida em que não há contradição entre as propostas do MMC e as linhas do ecofeminismo com as quais trabalhei.

Bibliografía

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Nossa história, nossas lutas**. Chapecó/SC: MMA/SC. 2000, 24p.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**; Campanha pela produção de alimentos saudáveis. Disponível em: <www.mmcbrazil.org.br> Acesso em 20/09/2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Movimento de Mulheres Agricultoras: 21 anos de organização em Santa Catarina**. Chapecó-SC: MMC, 2004, 8p.

PAULILO, MariaIgnez Silveira. El movimiento de las mujeres campesinas y el medio ambiente. In.

Otras Miradas. Vol. 7 - Nº 1 enero - junio 2007. Disponível em:

<<http://www.saber.ula.ve/gigesex/otrasmiradas>>. Acesso em: 08 de outubro de 2007.



PLUMWOOD, Val. Feminismo y ecología ¿Artemisa versus Gaia? In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C. (Coords.). **Mujeres y ecología**: historia, pensamiento, sociedad. Madrid: Al Mudayna, 2004.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” y “ser humano”. In: AMORÓS, C. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000. p.165-192.

_____. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y Ecología**: historia, pensamiento, sociedad. Madrid: Al Mudayna, 2004a. p. 21-34.

_____. Del ecofeminismo clásico al deconstructivo: principales corrientes de um

ROACH, Catherine. Ama a tumadre: sobre la relaciónmujer-naturaleza. In: WARREN, Karen J.

Filosofías ecofeministas. España. Icaria Ecología Humana, 2003.

RUETHER, Rosemary Radford. **Ecofeminismo**: Mulheres do Primeiro e Terceiro Mundos. In. **Revista Mandrágora**. Ecofeminismo: Tendências e debates. Ano 6 – N. 6. 2000.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa, Instituto Piaget. 1997.

SOUZA Sandra Duarte de. Teoria, Teo(a)logia e Espiritualidade Ecofeminista: Uma Análise do Discurso. In. **Revista Mandrágora**. Ecofeminismo: Tendências e debates. Ano 6 – N. 6. 2000.

WARREN, Karen J. Filosofías ecofeministas: una mirada general. In. WARREN, Karen J. **Filosofías ecofeministas**. España. Icaria Ecología Humana, 2003.